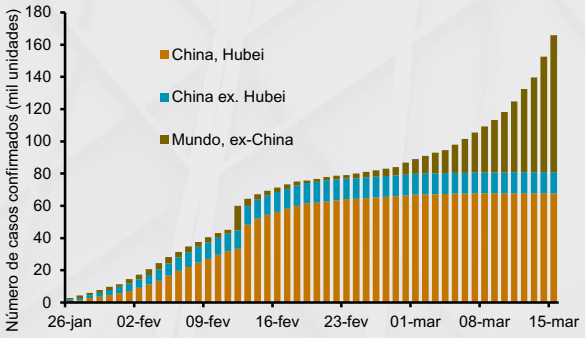
Efeitos econômicos da pandemia de COVID-19

O surgimento e a disseminação da COVID-19 trouxeram impactos severos para a economia mundial e doméstica. Não obstante a gravidade de seus efeitos sobre a população, os sistemas de saúde e a economia dos países mais afetados até o momento, há elevada incerteza sobre a magnitude e a persistência de seus efeitos econômicos. O objetivo deste boxe é oferecer análise inicial sobre esse choque e seus desdobramentos sobre a economia brasileira e global.

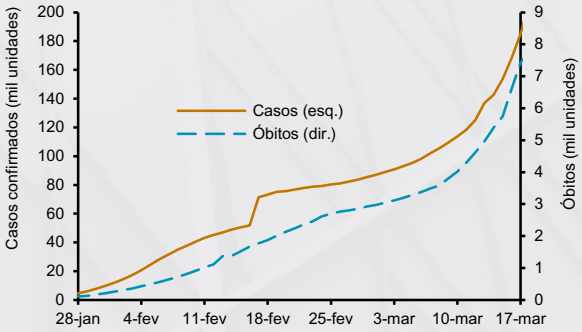
Em 31 de dezembro de 2019, o governo chinês reportou à Organização Mundial de Saúde (OMS) casos de pneumonia provocados por agente desconhecido, que seria identificado, na semana seguinte, como um novo coronavírus. O vírus se disseminou na Província de Hubei, com 48,2 mil casos confirmados de contaminação em 13 de fevereiro. Entre a segunda quinzena de fevereiro e a primeira de março, à medida que novos casos na China se reduziam gradualmente, a disseminação avançava rapidamente pelo mundo. Os casos confirmados fora da China saltaram de 1,7 mil em 21 de fevereiro para 44 mil em 11 de março, levando a OMS a classificar a COVID-19 como pandemia (Gráficos 1, 2, 3).

Gráfico 1 – Evolução dos casos confirmados de COVID-19



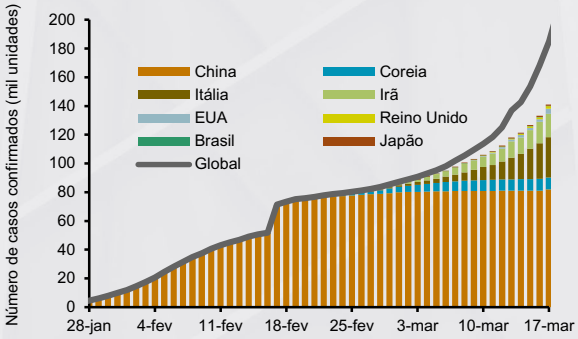
Fonte: Bloomberg

Gráfico 2 – Evolução dos casos de infecção e de óbito no mundo



Fonte: Refinitiv.

Gráfico 3 – Evolução dos casos de infecção no mundo

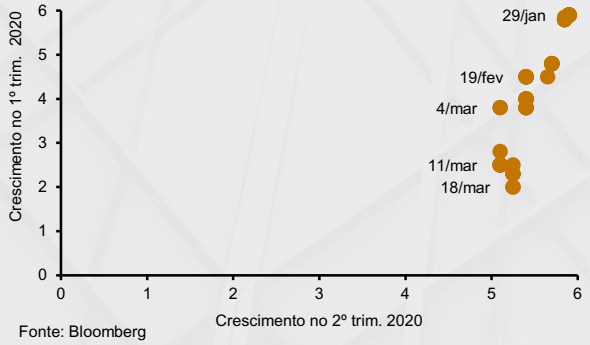


Fonte: Refinitiv.

Os impactos econômicos do novo coronavírus na China foram observados inicialmente nos setores de viagens, transporte e turismo, em meio ao feriado do ano novo chinês. O surto de COVID-19 e sua disseminação rápida pelas províncias levou ao prolongamento do feriado no país, com fechamento compulsório de empresas em vários setores da economia. A ausência de estatísticas econômicas oficiais, algo comum para o período do ano, dificultou o dimensionamento inicial apropriado dos impactos econômicos sobre os setores produtivos, as cadeias de valor e o consumo chinês.

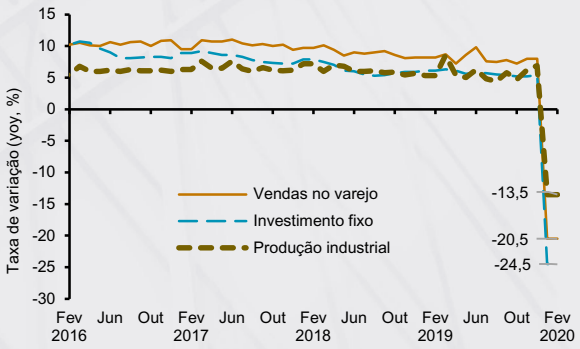
As estimativas iniciais dos efeitos econômicos da COVID-19 consideravam a paralisação de várias atividades durante fevereiro e março, mas retorno à normalidade do consumo e do trabalho no segundo trimestre, quando também se presumia rápida recuperação da indústria e a normalização das entregas das cadeias globais. No entanto, à medida que eram divulgadas novas informações sobre a disseminação do vírus e que eram observados seus efeitos econômicos, as revisões das projeções de mercado para o crescimento da China passaram a ocorrer em ritmo e magnitude surpreendentes (Gráfico 4). Ao mesmo tempo em que a epidemia avançava pelo país e pela Ásia oriental, os indicadores coincidentes do Produto Interno Bruto (PIB) começavam a sinalizar impactos severos sobre a atividade. Com a divulgação dos primeiros dados oficiais para o primeiro bimestre do ano[1] (Gráficos 5 e 6), observaram-se novas rodadas de forte revisão das projeções de crescimento. A grande incerteza sobre a magnitude da queda da atividade chinesa pode ser também observada na dispersão das projeções do mercado para os primeiros trimestres (Gráfico 7), o que evidencia as dificuldades para compreender plenamente a magnitude do choque até o momento.

Gráfico 4 – Revisão das projeções para a taxa de crescimento do PIB da China
(crescimento interanual em %)



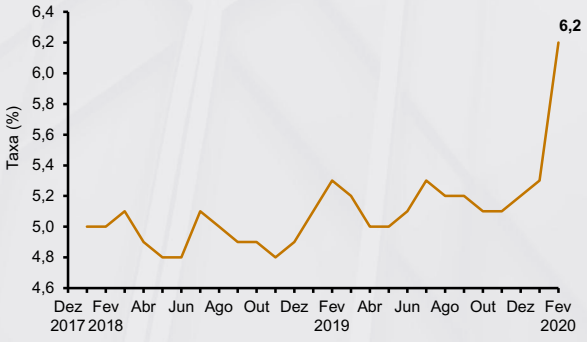
Fonte: Bloomberg

Gráfico 5 – Indicadores de atividade na China



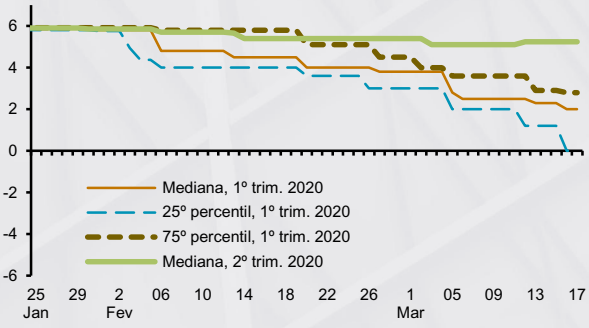
Fonte: NBS

Gráfico 6 – Taxa de desemprego na China



Fonte: NBS

Gráfico 7 – Evolução e dispersão das projeções para o crescimento da China em 2020 T1 e T2
(crescimento interanual em %)



Fonte: Bloomberg

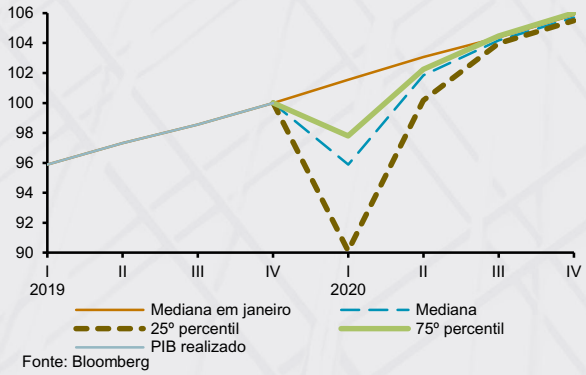
Apesar das projeções de mercado ainda indicarem crescimento significativo no segundo trimestre, a normalização esperada do ritmo de expansão da atividade chinesa vem sendo postergada para o segundo semestre de 2020 por basicamente três fatores: i) a abrupta paralisação causada pelas rígidas medidas de *lockdown*[2] impostas pelo governo chinês, que alcançou atividades de grande complexidade nas cadeias globais de produção; ii) a disseminação rápida do novo coronavírus fora da China, afetando parceiros comerciais importantes; e iii) as dificuldades para o retorno à normalidade do trabalho e do consumo sob risco de uma segunda onda epidêmica. Apesar de a China ter alcançado a fase de desaceleração do ciclo de contágio do novo coronavírus, as repercussões de uma desaceleração global deverão ser relevantes e as projeções mostram redução de aproximadamente 2 p.p. no crescimento chinês para 2020 (Gráficos 8 e 9).

1/ No primeiro bimestre, na comparação com o mesmo período do ano anterior, foram registradas quedas sem precedentes na história recente da China na produção industrial (-13,5%), nas vendas no varejo (-20,5%), no investimento em ativo fixo (-24,5%), e nas exportações (-17,2%). A taxa de desemprego, de uma média histórica de 5,1%, elevou-se para 6,2% em fevereiro.

2/ Medidas para limitar ou proibir viagens e determinar que comércio e outras atividades não essenciais fiquem fechadas.

Gráfico 8 – Projeções para o PIB da China

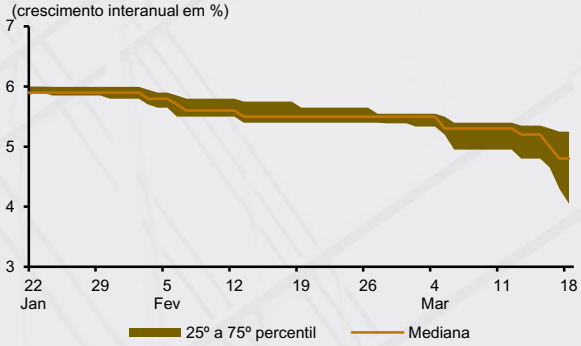
Índice com ajuste sazonal, 4º trimestre de 2019 = 100



Fonte: Bloomberg

Gráfico 9 – Revisão de projeções para a taxa de crescimento do PIB chinês em 2020

(crescimento interanual em %)



Fonte: Bloomberg

A grande participação da China nas cadeias globais de produção e sua importância como parceiro comercial de diversas economias, somadas à rápida disseminação global da COVID-19, têm ocasionado significativas revisões das projeções para o crescimento mundial em 2020 (mediana Bloomberg se reduziu de 3,1%, no Relatório de Inflação anterior, para 2,6% em 18 de março), com notável aumento da dispersão das projeções (Gráficos 10 e 12), reflexo do elevado grau de incerteza sobre a dimensão do impacto da COVID-19. Em relação a 2021 (Gráficos 11 e 12), a mediana das projeções elevou-se em um primeiro momento, quando se acreditava que o efeito do choque se concentraria apenas no curto prazo, porém reduziu-se no decorrer da primeira quinzena de março, refletindo percepções de que o choque poderia ter maior persistência.

Gráfico 10 – Evolução das projeções para o crescimento do PIB mundial em 2020

% a.a.

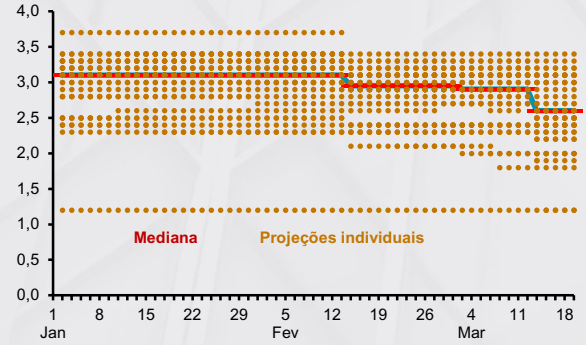


Gráfico 11 – Evolução das projeções para o crescimento do PIB mundial em 2021

% a.a.

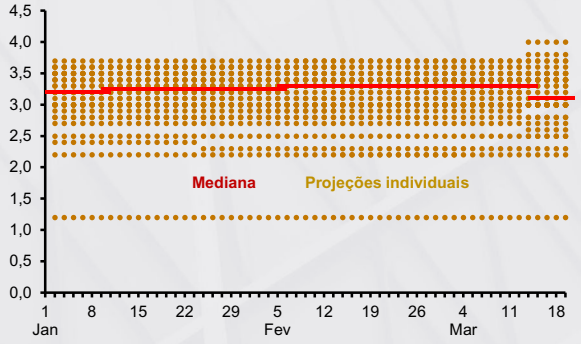
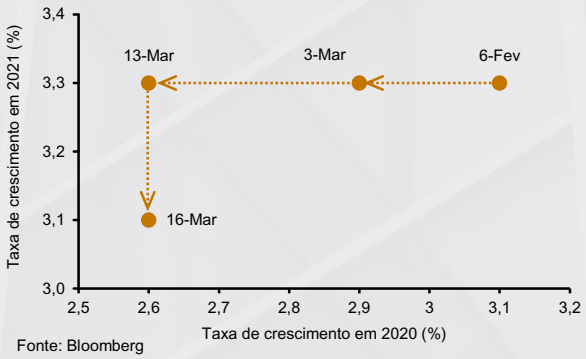


Gráfico 12 – Revisão das projeções para a taxa de crescimento do PIB mundial



Fonte: Bloomberg

A disseminação da COVID-19 em âmbito global tem levado vários governos a restringir a circulação de pessoas e, mais recentemente, a impor *lockdowns*, como forma de retardar a disseminação do vírus e, dessa forma, reduzir a sobrecarga sobre os sistemas de saúde locais. Essas medidas, adotadas com o objetivo de conter a velocidade de propagação do vírus, trazem impactos no curto prazo sobre linhas de produção e oferta de produtos e serviços, além de implicarem recuos significativos na demanda por bens e serviços em determinados segmentos, elevando o desemprego e reduzindo a renda do trabalho.

Tabela 1 – Taxas de juros de política monetária, alterações em 2020

Região	Taxa atual (%)	Alterações em 2020 (em pbs)
América do Norte/Europa		
Estados Unidos	0.00 - 0,25	-150
Canadá	0,75	-50
Reino Unido	0,25	-50
Rep. Tcheca	1,75	-25
Noruega	1,00	-50
Rússia	6,00	-25
Turquia	9,75	-150
Ásia/Oceania		
China	3,15	-10
Hong Kong	0,86	-114
Coreia do Sul	0,75	-50
Indonésia	4,75	-25
Filipinas	3,75	-25
Malásia	2,50	-50
Tailândia	1,00	-25
Arábia Saudita	1,00	-75
Austrália	0,50	-25
Nova Zelândia	0,25	-75
América Latina/ África		
Brasil	3,75	-75
México	7,00	-25
Chile	1,00	-75
África do Sul	6,25	-25

Fonte: Sites dos Bancos Centrais dos países

Além dessas medidas, os países vêm atuando por meio de políticas monetárias, fiscais e creditícias para mitigar o impacto econômico da pandemia. No âmbito da política monetária, houve redução generalizada de taxas de juros no mundo (Tabela 1) e reedição de programas não-convencionais, similares aos adotados após a crise de 2008. Dentre os instrumentos não convencionais estão (1) a retomada dos programas de compras de ativos[3]; (2) a concessão de linhas de provisão de liquidez para instituições financeiras e de incentivos para bancos realizarem empréstimos ao setor não-financeiro; e (3) a oferta de linhas de *swap* de liquidez em dólar entre o Fed e outros bancos centrais, para garantir a provisão internacional de liquidez em dólares. Dentre as medidas regulatórias, as autoridades adotaram arcabouço variado de iniciativas, visando suavizar a contração do crédito e preservar a estabilidade financeira: (1) redução no requerimento de depósitos compulsórios; (2) redução do colchão contracíclico de capital; (3) flexibilização temporária no cumprimento dos requerimentos de liquidez de curto prazo; (4) orientação para que bancos não distribuam bônus/ dividendos; e (5) impedimento para que se realize venda a descoberto nos mercados acionários.

As medidas fiscais, em diversos países, tiveram por objetivo inicial garantir recursos para instituições e empresas diretamente envolvidas nas operações sanitárias de contenção da disseminação da COVID-19 e de tratamento das pessoas infectadas, bem como dar suporte aos setores econômicos e aos indivíduos mais afetados pelo choque adverso. Entre outras, as medidas abrangeram: (1) concessões de garantias públicas para empréstimos a empresas; (2) suporte ao emprego/renda de trabalhadores afetados; (3) isenção ou adiamento de pagamento de impostos; (4) subsídios ou adiamento no pagamento de contribuições à seguridade social; e (5) moratória do pagamento de dívidas (como hipotecas) e contas de serviços públicos. Finalmente, organismos internacionais também criaram fundos de amparo a países mais atingidos – o Banco Mundial disponibilizou até US$14 bilhões em recursos e FMI ofereceu US$50 bilhões para países em desenvolvimento, com uma capacidade total mundial de até US$1 trilhão.

Impactos da COVID-19 sobre a economia brasileira

De acordo com o Ministério da Saúde o país registrava, em 17 de março deste ano[4], 291 casos confirmados de COVID-19, 8.819 casos suspeitos de contaminação, 1.890 casos descartados e um óbito. Até aquela data, os principais indicadores econômicos em frequência mensal, referentes, em sua maioria, ao período de dezembro de 2019 a fevereiro de 2020, ainda não refletiam efeitos significantes da epidemia – inclusive os indicadores mais tempestivos, como as sondagens empresariais referentes a fevereiro e os dados da balança comercial e de carga de energia elétrica referentes às duas primeiras semanas de março.

3/ Títulos públicos, títulos de empresas não financeiras, instrumentos de financiamento ao setor imobiliário e a empresas não financeiras, instrumentos indexados a ações de empresas, dentre outros.

4/ Data da primeira sessão da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom).

Tabela 2 – ICVA – 09 a 15/03/2020 / 11 a 17/03/2019
Faturamento nominal

Discriminação	Variação %
Varejo total	-0,1
Bens não duráveis	16,3
Super e hipermercados	23,1
Drogarias e farmácias	20,0
Cosméticos e higiene pessoal	14,1
Varejo alimentício especializado	7,4
Postos de gasolina	-1,2
Livrarias, etc	-3,4
Bens duráveis	-5,7
Material para construção	8,2
Outros varejos	2,3
Óticas e joalherias	-2,5
Vestuário e artigos esportivos	-3,7
Móveis, eletro e lojas de depto	-21,1
Serviços	-18,0
Serviço automotivo e peças	0,7
Bares e restaurantes	-2,2
Estética e cabelereiros	-4,4
Outros serviços	-17,2
Recreação e lazer	-30,0
Turismo e transporte	-36,1

Fonte: Índice Cielo do Varejo Ampliado

Sinais preliminares e localizados do impacto direto da doença sobre a economia local, no entanto, eram visíveis em dados de buscas na internet por termos como "cancelamento de passagem", ou "home office", bem como nos dados preliminares do Índice Cielo do Varejo Ampliado (ICVA), relativos à primeira quinzena de março, e em relatos de associações empresariais. Algumas dessas associações setoriais divulgaram sondagens realizadas entre seus membros sobre os efeitos esperados da COVID-19 em suas atividades. Enquanto, em fevereiro, o foco maior dessas pesquisas e das manifestações das associações referia-se a potenciais problemas de fornecimento de insumos importados e preocupações com a demanda externa, ao longo da segunda semana de março a atenção foi deslocada para a retração da demanda doméstica e as consequências das restrições impostas sobre a atividade econômica no próprio país, para a contenção do avanço da doença. Nesse período, a percepção sobre quais são os setores mais sensíveis aos efeitos do coronavírus também mudou, abrangendo além de fabris, em particular o eletroeletrônico, atividades do setor de serviços – sobretudo transporte aéreo, turismo, recreação e lazer – e o comércio de bens duráveis. Os dados do ICVA na tabela 2, com a variação do faturamento nominal entre o período de 9 a 15 de março de 2020 e 11 a 17 de março de 2019, corroboram essa percepção. Subjacente à estabilidade da variação agregada do comércio, apontada pelo indicador, há elevação das vendas em alguns segmentos de bens não-duráveis, como supermercados e farmácias – possivelmente pontual, refletindo comportamento prudencial e mudança no perfil do consumo – e recuo relevante em alguns tipos de serviços e no varejo de móveis e eletrônicos – fenômeno que pode permanecer no curto prazo.

Tabela 3 – Expectativas PIB 2020
Focus – Instituições que atualizaram no dia 13/03/2020
Número de instituições: 23

Discriminação	14/02/2020	06/03/2020	13/03/2020
Mínima	1,9	1,4	0,0
Máxima	2,9	2,9	2,1
Média	2,3	2,0	1,5
Mediana	2,2	2,0	1,6
Percentil 25	2,1	1,7	1,4
Percentil 75	2,4	2,3	1,7

Fonte: Focus – Sistema de Expectativas de Mercado

Mesmo diante do impacto limitado observado sobre os indicadores mensais até o dia 17 de março, as expectativas de crescimento doméstico já se deterioravam em virtude da piora observada no exterior, da perspectiva de continuidade do avanço da doença no país e da evolução dos indicadores financeiros. A tabela 3 traz os dados do Sistema de Expectativas de Mercado (Focus) em três datas distintas, considerando exclusivamente as 23 instituições que haviam atualizado suas projeções para a variação do PIB no dia 13 de março[5]. O acentuado recuo nas estimativas é observado não somente nas medidas de tendência central, mas ao longo de toda a distribuição – observa-se, ainda, a ampliação na distribuição das projeções, refletindo o maior grau de incerteza. Esse processo continuou nos dias seguintes: a média das projeções das oito instituições que atualizaram suas informações no sistema nos dias 16 e 17 de março era 1,1%.

5/ Essa é a data crítica para cálculo dos rankings top 5 do Sistema de Expectativas de Mercado, quando tipicamente o número de instituições com dados atualizados é maior.

Outra fonte de informação sobre expectativas para a economia brasileira e estimativas de impacto da pandemia causada pelo novo coronavírus é o questionário pré-Copom[6], enviado pelo Banco Central do Brasil (BCB) no dia 6 de março para instituições financeiras e consultorias. As respostas a esse questionário foram recebidas até o dia 11 do mesmo mês. As médias das projeções para crescimento do PIB brasileiro e mundial (Tabela 4) situaram-se em 1,7% e 2,3%, respectivamente, e o mínimo para a projeção de crescimento do Brasil encontrava-se em 0,5%. Quanto ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), convém notar que a projeção média de variação de 3,16% em 2020 insere-se em um contexto em que as expectativas para a taxa de câmbio e o preço do petróleo eram, respectivamente, R$4,39/US$ e US$43,2 por barril. Tais dados evidenciam a rapidez das alterações de cenário ocorridas nos dias que antecederam a reunião do Copom.

Na tabela 5 estão as estimativas do impacto do surto de COVID-19 sobre a economia brasileira[7]. Em geral havia consenso entre os respondentes do questionário acerca do impacto negativo no PIB local, com estimativa média de -0,5 p.p. Na parte qualitativa das respostas praticamente não houve menções a impacto decorrente do avanço da epidemia no Brasil. Em geral, esperava-se que o surto afetaria o PIB brasileiro principalmente via redução das exportações e dos preços de *commodities* e, em menor grau, através de redução na demanda doméstica. Apesar do elevado grau de incerteza, as instituições em geral consideraram o choque associado à COVID-19 desinflacionário, mesmo diante da desvalorização do real. Quanto ao comércio exterior, houve unanimidade de opinião sobre a diminuição da corrente de comércio, mas discordância sobre o efeito líquido na balança comercial.

Tabela 4 – Projeções para 2020

Discriminação	Nº de respostas	Mínimo	Máximo	Média
PIB Brasil (p.p.)	71	0,5	3,2	1,7
PIB Mundo (p.p.)	43	0,0	3,0	2,3
Balança Comercial (US$ bi)	55	17,5	48,0	33,9
IPCA 2020 (p.p.)	72	2,50	3,94	3,16
Câmbio[1/]	62	3,45	5,00	4,39
Petróleo[2/]	29	35,0	57,0	43,2

Fonte: Questionário pré-Copom de 11 de Março de 2020

1/ Câmbio fim de ano.

2/ Preço de petrólero Brent (USD/bbl.) na média do ano.

Tabela 5 – Impacto da COVID-19 em 2020

Discriminação	Nº de respostas	Mínimo	Máximo	Média
PIB (p.p.)	54	-1,1	-0,1	-0,5
Balança Comercial (US$ bi)	30	-21,1	10,0	-3,2
Exportações (US$ bi)	28	-30,4	0,0	-10,7
Importações (US$ bi)	25	-31,0	-2,0	-8,6
IPCA (p.p.)	41	-0,5	0,1	-0,3

Fonte: Questionário pré-Copom de 11 de Março de 2020

Diante desse cenário, foram realizados dois exercícios subsidiários à projeção do PIB doméstico. No primeiro deles, estimaram-se regressões, em frequência trimestral, do crescimento da economia brasileira contra o crescimento da economia da China e do mundo exceto China, a fim de melhor compreender, de maneira simples, como as rápidas alterações no cenário internacional se traduziriam no crescimento brasileiro, levando em conta as correlações históricas e desconsiderando características idiossincráticas do episódio atual – inclusive as reações da política econômica. As elasticidades obtidas mostram que o PIB brasileiro se mostrou mais sensível ao PIB chinês do que ao do restante do mundo. No contexto atual, em que as revisões para baixo nas projeções de crescimento em 2020 são maiores para a China que para o restante do mundo, tal resultado sinaliza impacto ao redor de -1p.p. sobre o crescimento da economia brasileira.

O exercício seguinte consistiu da estimação de regressões do crescimento do PIB contra variáveis financeiras, como taxa de câmbio, índices de bolsa de valores e preços de *commodities*. Tal análise, feita com valores observados até a primeira metade de março, auxilia o entendimento, novamente com base em correlações históricas, de quanto as expectativas sobre a atividade econômica futura, embutidas nos preços dos ativos, já

6/ Questionário enviado aos participantes da pesquisa Focus na semana anterior ao Copom com o objetivo de colher subsídios acerca de temas relevantes da conjuntura econômica, disponível em https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/precopom.

7/ A pergunta presente no questionário era "Qual sua avaliação sobre os impactos do surto do novo coronavírus sobre a economia brasileira, particularmente sobre PIB, inflação e balança comercial? Quais as hipóteses de tal cenário? Se possuir estimativas numéricas dos impactos, informe na tabela abaixo.".

haviam mudado. Sob a hipótese de estabilidade dos preços dos ativos no patamar recente ante a alternativa de estabilidade em nível observado antes do início do surto de COVID-19, os resultados das regressões também sugerem impacto ao redor de -1 p.p. no PIB brasileiro em 2020. Os resultados dos dois exercícios indicaram que o potencial impacto do surto de COVID-19, medido indiretamente pelas mudanças recentes na economia internacional e no preço dos ativos financeiros, era superior à média reportada no questionário pré-Copom de 11 de março.

Além dessas análises sobre os efeitos da COVID-19 na atividade econômica do Brasil e da avaliação dos impactos significativos já materializados na atividade global, nos preços de *commodities* e nos preços de ativos financeiros, a projeção do PIB considerou, como de praxe, o acompanhamento das informações mais recentes sobre a evolução setorial da economia brasileira[8]. Todas essas informações, sempre ponderadas pela elevada incerteza corrente, foram também consideradas nas projeções relativas ao saldo das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e ao balanço de pagamentos para o ano corrente[9], bem como para as estimativas de inflação de curto prazo.

Finalmente, cabe mencionar que as autoridades brasileiras, assim como as de outros países, têm atuado com o objetivo de mitigar as consequências econômicas do surto de COVID-19. Em 16 de março, o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou, em reunião extraordinária, duas medidas nesse sentido[10]. A primeira delas dispensa os bancos de aumentarem o provisionamento no caso de repactuação de operações de crédito que sejam realizadas nos seis meses seguintes e, portanto, facilita a renegociação de operações com empresas e famílias que possuem boa capacidade financeira. Estima-se que aproximadamente R$3,2 trilhões de créditos possam se beneficiar dessa medida. A segunda medida reduz o Adicional de Conservação de Capital Principal (ACPConservação) de 2,5% para 1,25% pelo prazo de um ano, ampliando a folga de capital do SFN em R$56 bilhões, o que permitiria aumentar a capacidade de concessão de crédito em torno de R$637 bilhões. Essas duas medidas se juntam à decisão de 20 de fevereiro do BCB de reduzir a alíquota do recolhimento compulsório sobre recursos a prazo e aperfeiçoar as regras do Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR). Tal ação visou a redução da sobreposição entre esses instrumentos e seu efeito é uma melhora das condições de liquidez do SFN em torno de R$135 bilhões.

No âmbito do Ministério da Economia, as principais medidas iniciais anunciadas até 17 de março foram classificadas em três grupos de acordo com sua destinação[11]. Entre as voltadas para as famílias, estavam: i) antecipação do 13º salário de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para abril e maio, totalizando R$46 bilhões; ii) transferência de valores não sacados do Programa de Integração Social (PIS)/ Programa de Formação de Patrimônio do Servidor Público (PASEP) para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para a realização de novos saques, podendo atingir até R$21,5 bilhões; iii) antecipação do abono salarial, no montante de R$12,8 bilhões, para junho e iv) ampliação do Bolsa Família em um milhão de beneficiários, com custo de até R$3,1 bilhões. No grupo de ações voltadas para as empresas e a manutenção do emprego, destacam-se: i) o diferimento por três meses dos prazos de pagamento do FGTS, com valor estimado em R$30 bilhões, e da parte da União do Simples Nacional, em montante de R$22,2 bilhões; ii) redução de 50% nas contribuições do Sistema S por 3 meses, totalizando R$2,2 bilhões e iii) acréscimo de R$5 bilhões ao PROGER/FAT[12] para micro e pequenas empresas. Quanto ao combate direto à pandemia, foram anunciadas a destinação do saldo do fundo do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT), R$4,5 bilhões, para o Sistema Único de Saúde (SUS), reduções para zero de alíquotas para importação de produtos de uso médico-hospitalar, desoneração

8/ A esse respeito, ver boxe "Projeção para o crescimento do PIB em 2020", nesta edição do Relatório de Inflação.

9/ Ver os boxes "Projeção para a evolução do crédito em 2020" e "Projeção para o Balanço de Pagamentos de 2020", nesta edição do Relatório de Inflação.

10/ Mais informações sobre as medidas podem ser obtidas em https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/16999/nota.

11/ Mais informações sobre essas medidas podem ser obtidas em: http://www.economia.gov.br/noticias/2020/marco/ministerio-da-economia-anuncia-medidas-para-diminuir-o-impacto-do-coronavirus-no-pais.

12/ O Programas de Geração de Emprego e Renda (PROGER), existente desde 1994, tem por objetivo proporcionar linhas especiais de crédito, em atividades produtivas capazes de gerarem postos de trabalho e renda, nos diversos setores da economia. Mais informações em: http://portalfat.mte.gov.br/programas-e-acoes-2/programas-de-geracao-de-emprego-e-renda-proger/.

temporária do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para bens nacionais e importados necessários ao combate à COVID-19, preferência tarifária e priorização de desembaraço aduaneiro de produtos de uso médico-hospitalar e suspensão de prova de vida dos beneficiários do INSS por 120 dias.

Em suma, este boxe abordou o avanço dos efeitos econômicos da COVID-19 no mundo e no Brasil, enfatizando as alterações nas perspectivas de crescimento doméstico e mundial. As expectativas se alteraram rapidamente ao longo das primeiras semanas de março, em contexto de recrudescimento do ambiente de incerteza, e indicam impactos expressivos sobre a atividade, tanto doméstica quanto global em magnitudes consideravelmente superiores aos que vinham sendo apontados até meados de fevereiro. Ações governamentais no âmbito das políticas monetária e fiscal, no Brasil e no mundo, têm sido adotadas com o propósito de atenuar os impactos econômicos da pandemia tanto no setor financeiro quanto no setor real.